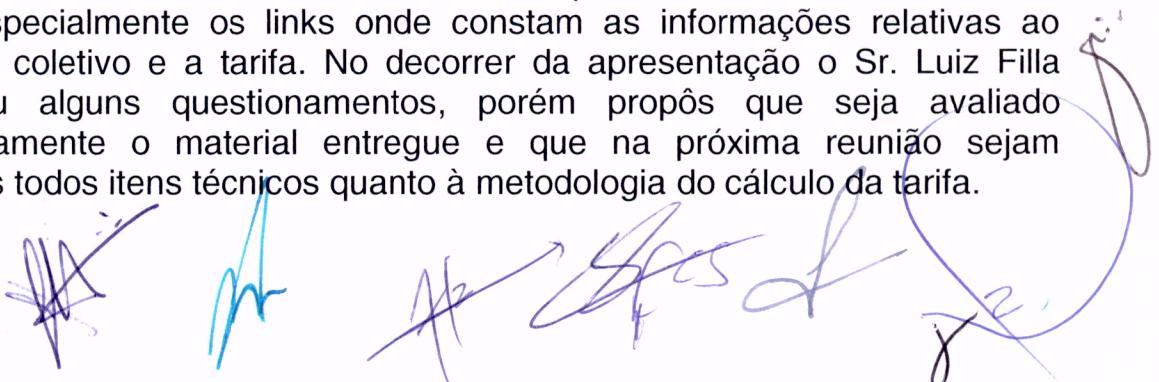


ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A, na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo, instituída através do Decreto Municipal nº 358, de 01 de março de 2013, que tem como objeto de atuação avaliar a metodologia e os procedimentos para cálculo tarifário estabelecidos nos contratos de concessão do transporte coletivo, bem como elaborar relatório com as conclusões e recomendações relacionadas à metodologia e procedimentos para os cálculos tarifários. A sessão foi aberta pelo Presidente da URBS e da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR, e a ela estiveram presentes os Senhores: WILHELM MILWARD MEINERS, representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão - SEPLAN; JOEL MACEDO SOARES PEREIRA NETO e CÍCERO JULIANO STAUT SILVA, representantes da Procuradoria-Geral do Município; LUIZA MARILDA PACHECO SIMONELLI e LUIZ MAURÍCIO F. M. DE ALBUQUERQUE, representantes da Secretaria Municipal de Trânsito – SETRAN; SANDRO SILVA e FABIANO CAMARGO DA SILVA, representantes do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; GILBERTO PIVA, representante do IEP - Instituto de Engenharia do Paraná; CRISTINA CORSO RUARO, representante do Ministério Público do Estado do Paraná; e o Vereador JORGE LUIZ BERNARDI, representante da Câmara Municipal de Curitiba, conforme lista de presença anexada a esta. Após a abertura dos trabalhos, o Sr. ROBERTO GREGORIO propôs os encaminhamentos dos trabalhos. A Comissão definiu que as reuniões serão quinzenais, podendo ocorrer reuniões ordinárias, e a próxima reunião ficará pré-agendada para 27 de março de 2013, às 08:30. Definiu, ainda, que as reuniões serão públicas e, caso haja alguma manifestação ou pedido de informação, poderá ser encaminhada por escrito à Comissão, para posterior esclarecimento. Poderão ser convidadas entidades representativas dos segmentos envolvidos, caso seja do interesse delas. Dando continuidade, o Sr. ROBERTO GREGORIO enfatizou que a equipe da URBS está à disposição da Comissão a qualquer momento, para dirimir quaisquer dúvidas no decorrer dos trabalhos. Em seguida, passou a palavra ao Sr. LUIZ FILLA, Gestor da Área de Operação do Transporte Coletivo para fazer a apresentação resumida sobre a RIT – Rede Integrada de Transporte. Uma cópia da apresentação foi entregue aos membros da Comissão, bem como cópia dos materiais a serem analisados. Foi apresentado, também, o site da URBS, especialmente os links onde constam as informações relativas ao transporte coletivo e a tarifa. No decorrer da apresentação o Sr. Luiz Filla esclareceu alguns questionamentos, porém propôs que seja avaliado antecipadamente o material entregue e que na próxima reunião sejam abordados todos itens técnicos quanto à metodologia do cálculo da tarifa.



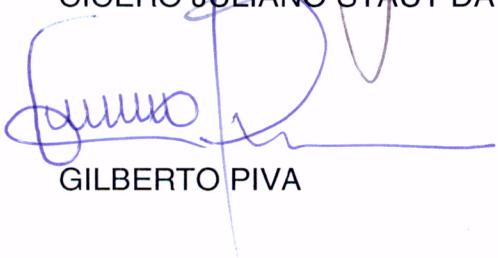
Nada mais havendo a tratar, o Senhor ROBERTO GREGORIO agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Curitiba, 14 de março de 2013.

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR



CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA



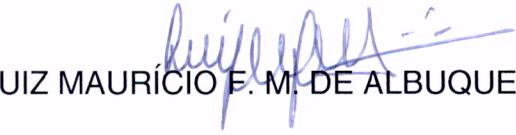
GILBERTO PIVA

JOEL MACEDO S. PEREIRA NETO

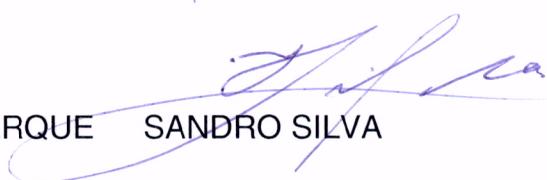
JORGE LUIZ BERNARDI

LUIZA M. PACHECO SIMONELLI

LUIZ MAURÍCIO F. M. DE ALBUQUERQUE



SANDRO SILVA



FABIANO CAMARGO DA SILVA

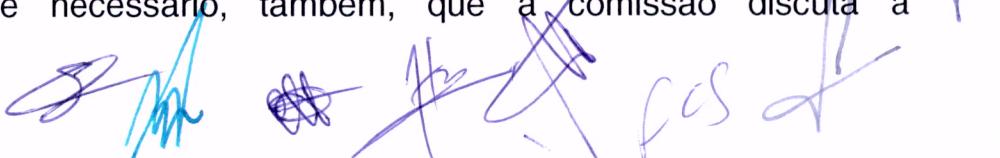


WILHELM MILWARD MEINERS



ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às nove horas e quarenta e cinco, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A, na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da URBS e da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR, deu as boas vindas aos presentes e iniciou os trabalhos solicitando a leitura da ata da primeira reunião para as complementações necessárias e posterior aprovação, bem como informou que a partir da próxima reunião a minuta da ata será encaminhada antecipadamente para as considerações. Esclareceu que, como as sessões são abertas, nesta reunião já conta com algumas pessoas para contribuir com os trabalhos. Nesse sentido, entregou aos presentes, a pedido do Professor Lafaiete Neves, cópia do documento referente ao aumento da tarifa do transporte coletivo, encaminhado ao Prefeito Gustavo Fruet. Relatou a ordem do dia, começando pela apresentação detalhada da tarifa técnica, com duração de duas horas e, após, será deliberado sobre os novos encaminhamentos. Dando continuidade, a Secretaria da URBS, Sra. Eloisa de Carvalho, fez a leitura da ata e não havendo manifestação em contrário a ata foi aprovada por todos. Ato contínuo, o Sr. LUIZ FILLA, Gestor da Área de Operação do Transporte Coletivo iniciou a apresentação relativa ao Anexo III, explicando sobre os índices que compõem a planilha de cálculo da tarifa técnica. Abordou os itens Quilometragem; Passageiros; IPK; Custos Dependentes ou Variáveis que comprehende: combustível; lubrificantes; rodagem; peças e acessórios e serviços de terceiros relativos à manutenção; Custo de Pessoal de Operação que comprehende: motoristas, cobradores, porteiros, controladores, zeladores, vigilantes, pessoal de manutenção e limpeza, atendente e auxiliares. Pedindo a palavra, o Sr. ROBERTO GREGORIO sugeriu, considerando o tempo previsto para o término da reunião, que se encerrasse a apresentação do item 5.2 sobre os encargos sociais e que os itens seguintes fossem esclarecidos na próxima reunião, devido à complexidade da cada um deles. Propôs a realização de uma reunião extraordinária para quinta-feira, 04 de abril, às 08:30, para continuidade nos trabalhos. Todos os membros concordaram. Pedindo a palavra, o Sr. HÉLIO WIRBISKI se apresentou aos demais e informou que foi indicado como representante suplente da Câmara Municipal de Curitiba para a Comissão e registrou que deve haver estudo conjunto para encontrar a solução para a diferença entre a tarifa técnica e a decretada. Disse, também, que foi iniciada uma conversa entre em alguns vereadores, sobre a possibilidade de criar um Fundo do Transporte Coletivo, mostrando a preocupação da Câmara Municipal em participar ativamente, colaborando para encontrar uma solução visando diminuir a diferença existente entre a tarifa técnica e a tarifa paga pelo usuário, colocando a Câmara Municipal à disposição do Executivo Municipal. Com a palavra, o Sr. SANDRO SILVA manifestou a importância da discussão sobre o subsídio e desoneração dos impostos, porém é necessário, também, que a comissão discuta a



metodologia do cálculo, para ampliar a transparência, e criar mecanismo de controle social e verificar se tarifa é justa ao cidadão ou não, é esse o objetivo desta comissão. Deve haver discussão de quem pagará as isenções a qual não deve ser transferida ao usuário. Em seguida, o Sr. WILHELM MEINERS concordou com o Sr. Sandro de que deve haver a preocupação de quem paga a conta da integração e das isenções, tendo em vista que a tarifa deve ser justa para todos os envolvidos do sistema, ou seja, para o cidadão, para o operador e para a empresa. Quanto à isenção, ele lembrou que elas estão reguladas por leis, o que é pertinente a participação dos vereadores para que se estude este tema, pois uma parcela dos usuários poderiam estar remunerando o sistema, mas não estão por força da lei, o que recai sobre o usuário pagante. Outra sugestão apresentada foi a realização de uma auditoria dos custos efetivos obtidos pelas empresas concessionárias. Salientou que estes temas são relevantes e devem ser discutidos pela Comissão, com objetivo de levantar qual o reflexo que estes temas têm sobre a tarifa. Abordou, por fim, que o gerenciamento do sistema metropolitano pela URBS deveria ser remunerado pelo Estado. Pedindo a palavra, a Sra. LUIZA SIMONELLI solicitou, para a próxima reunião, informações sobre a tecnologia adotada pela empresa Dataprom, o quanto custa os serviços prestados pelo ICI – Instituto Curitiba de Informática para o sistema de transporte, bem como a cópia do Convênio com a COMEC. Encerrando a sessão, o Senhor ROBERTO GREGORIO agradeceu a presença de todos e confirmou a próxima reunião para o dia 04 de abril próximo, às 08:30.

Curitiba, 25 de março de 2013.

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

WILHELM EDUARD M. DE A. MEINERS

CÉSAR REINALDO RISSETI

JOEL MACEDO S. PEREIRA NETO

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA

JORGE LUIZ BERNARDI

HELIO WIRBISKI

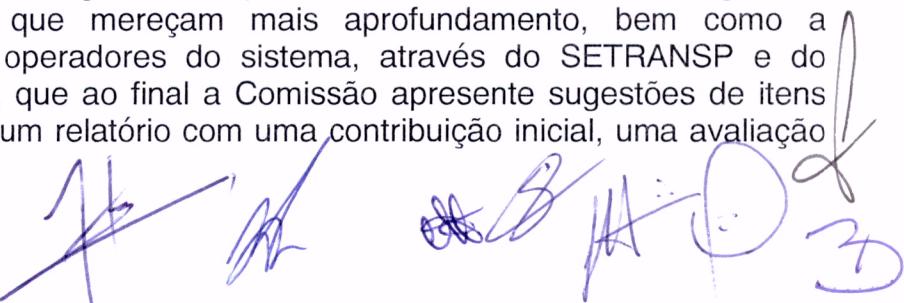
LUIZA M. PACHECO SIMONELLI

SANDRO SILVA

FABIANO CAMARGO DA SILVA

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoferroviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Diretor Jurídico da URBS, Sr. RODRIGO BINOTTO GREVETTI, deu as boas vindas aos presentes e iniciou os trabalhos justificando a ausência do Sr. Roberto Gregorio. Dando sequência, informou aos presentes sobre o requerimento apresentado pela União Geral dos Trabalhadores no Estado do Paraná – UGT, referente à solicitação de assento na Comissão. O expediente será encaminhado ao Prefeito, tendo em vista que esta entidade não consta no Decreto, sendo necessária a alteração do decreto caso seja deferida a solicitação. Da mesma forma, manifestou-se o representante do PRTB informando que protocolou ofício solicitando a inclusão da entidade na Comissão. O Sr. RODRIGO comunicou, também, a solicitação da URBS para participação formal da COMEC na Comissão. Em seguida, passou a ata da primeira reunião para as assinaturas, tendo em vista sua aprovação na última reunião, bem como a minuta da ata da segunda reunião, para apreciação e ajustes necessários. Lembrou que a última reunião foi encerrada no item Benefícios e, conforme as contribuições e questionamentos apresentados, considerou-se importante iniciar esta reunião esclarecendo alguns itens como bilhetagem eletrônica e outorga e, após, continuará a apresentação do Anexo III. Passou a palavra ao Sr. LUIZ FILLA, que apresentou os procedimentos das necessidades legais para elaboração de processos licitatórios, com toda sua trajetória, incluindo as indenizações previstas no artigo 42 da Lei 11.445/2007, base inicial das necessidades do valor da outorga e valores totais de outorga com as devidas justificativas compatíveis com a TIR máxima. Salientou, ainda, que toda esta documentação é pública e está disponível no processo licitatório. Também expôs esclarecimentos detalhados, quantitativo e financeiramente, sobre o contrato de bilhetagem eletrônica, bem como os motivos que levaram a URBS a opção de adquirir este sistema com a inclusão de seu custo nos valores de outorga. Após a explanação e os esclarecimentos dos questionamentos apresentados, retomou a apresentação do Anexo III do ponto onde havia encerrado na última reunião, concluindo com os itens custos de administração; amortização de veículos, instalações, edificações e equipamentos; rentabilidade justa do serviço prestado; impostos e taxas; e os índices de correção periódica. Finalizou a apresentação demonstrando todas as alterações ocorridas após a licitação, como por exemplo a ação judicial metropolitana de isonomia de parâmetros e a inclusão no Anexo III do abono salarial, kit inverno, modal híbrido e demais variações de ordem operacional e as pendências como as ações judiciais em andamento, o retorno dos cobradores nos ônibus tipo micro, a licitação e o convênio metropolitano, a isenção do ICMS do diesel e as novas orientações da Comissão de Análise da Tarifa. Em seguida, passou a palavra ao Sr. RODRIGO GREVETTI, que apresentou a proposta para as próximas reuniões. Informou que o Relator Sr. WILHELM propôs que a Comissão indicasse alguns pontos, a partir de toda a explanação até o momento, para que seja objeto da auditoria que será realizada no sistema. Informou sobre o cronograma das próximas reuniões ordinárias, sugerindo que apontem os temas que mereçam mais aprofundamento, bem como a necessidade de ouvir os operadores do sistema, através do SETRANS e do SINDIMOC. Propôs, ainda, que ao final a Comissão apresente sugestões de itens para auditoria, elaborando um relatório com uma contribuição inicial, uma avaliação



se os processos que a URBS vem adotando estão corretos ou não, e com o resultado da auditoria fazer um relatório conclusivo a respeito de todo o trabalho desenvolvido pela Comissão. Assim, os membros deliberaram que na próxima reunião se façam as apresentações dos referidos Sindicatos, abordando as suas considerações sobre o sistema de transporte. Pedindo a palavra o Sr. SANDRO SILVA solicitou que sejam explanados sobre os contratos de concessão, conforme previsto na pauta da primeira reunião, bem como sugeriu que se forneça o histórico de alguns indicadores da RIT, entre eles o número de passageiros total, pagantes e isentos, quilometragem rodada total por tipo de linha, urbana e metropolitana e, também dos custos por tipo de ônibus. Atendendo a sugestão o Sr. RODRIGO GREVETTI aprofundará mais sobre os contratos de concessão nas próximas reuniões, uma vez que quanto ao contrato foi abordado apenas o item remuneração e o Sr. LUIZ FILLA disponibilizará este histórico. Com a palavra, o Sr. VALTER FANINI, convidado representando o SENGE, manifestou sobre a possibilidade de demonstrar como são realizados os processos, como por exemplo como se chega ao resultado desta metodologia apresentada, como são os fluxos de tarefas das áreas envolvidas no transporte coletivo e a obtenção de todos estes dados. Nesse sentido, o Sr. LUIZ FILLA sugeriu uma visita nos setores da URBS que desenvolve estas atividades. O Sr. VALTER FANINI pontuou, ainda, que o objetivo da Comissão é propor os pontos relevantes para auditoria e para isso é preciso conhecer aprofundadamente, embasando a Comissão para elaborar um relatório bem fundamentado, salientando que uma pesquisa de origem/ destino é um importante instrumento de macroplanejamento de longo prazo, que pouco pode ajudar nos trabalhos da Comissão. Com a palavra, o Sr. JORGE BERNARDI propôs, ainda, que na próxima reunião a Comissão tenha a última hora para as discussões e deliberações exclusivas da Comissão. A sugestão foi aceita por todos. Finalizando o Sr. RODRIGO GREVETTI confirmou a próxima reunião ordinária para o dia 11 de abril, às 09:00, e agradeceu a presença de todos.

Curitiba, 04 de abril de 2013.



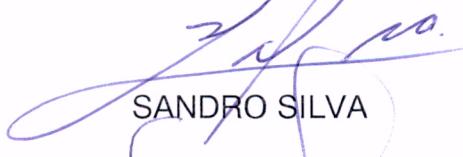
RODRIGO BINOTTO GREVETTI



CÉSAR REINALDO RISSETE



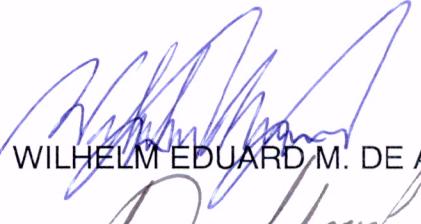
LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE



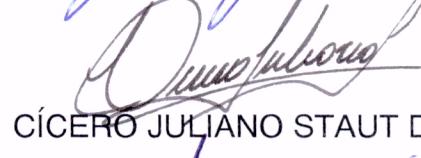
SANDRO SILVA



GILBERTO PIVA



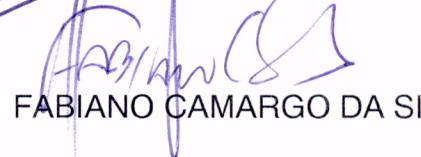
WILHELM EDUARD M. DE A. MEINERS



CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA



JORGE LUIZ BERNARDI



FABIANO CAMARGO DA SILVA

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoferroviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e iniciou os trabalhos passando a ata da última reunião, confirmado o registro solicitado pelo Sr. SANDRO SILVA, relativo à apresentação de indicadores históricos do sistema. Dando sequência, informou sobre as apresentações dos Sindicatos representantes das empresas e dos operadores, com a possibilidade de esclarecimentos dos questionamentos ao final e, caso não tenha tempo para responder, poderão ser formulados por escrito e respondidos posteriormente. Informou, ainda, que a Comissão acolhe os documentos que os Sindicatos julguem pertinentes para análise mais detalhada. Pediu a palavra o Sr. DANTE GULIN, Presidente do SETRANS, que agradeceu a oportunidade de poder demonstrar a análise e a realidade da situação econômica e financeira das concessionárias. Passou a palavra ao Sr. SACHA RECK, advogado do SETRANS, para iniciar a apresentação intitulada Estudo Econômico Financeiro do Modelo de Concessão do Transporte Urbano. Informou que a apresentação contém três partes, sendo a primeira sobre um diagnóstico financeiro, na sequência fará uma explicação mais detalhada sobre o fator de utilização de motoristas e cobradores e, por fim, exporá sobre a frota reversível. Passou a palavra ao Sr. FERNANDO CHAUGE, Professor da USP e contratado para realizar o estudo do contrato de concessão. Com a palavra o Sr. FERNANDO enfatizou sobre a situação econômico-financiera atual das empresas e os desequilíbrios que o estudo apontou. O primeiro desequilíbrio citado diz respeito à projeção de PPE, com tendência significativa de queda de demanda de passageiros, o que impacta negativamente no retorno das empresas. O segundo fator de desequilíbrio se refere ao custo inflacionário anual, devido à diferença entre o reajuste tarifário e a variação dos custos enfrentados pelas empresas ao longo do tempo. O terceiro ponto relevante é o número de motorista e cobradores que são necessários para operação do sistema. Pelos estudos este número é superior ao previsto inicialmente, considerando as tabelas atuais e a legislação trabalhista, o que também impacta no negócio das empresas. Foi concluído que é necessário o número de motorista 12% maior que o previsto inicialmente e para cobrador é necessário um número de 20% maior que o previsto. Concluindo o trabalho o resultado foi de uma TIR negativa de -0,64% e o valor presente líquido de R\$ - 260 milhões. Na sequência, apresentou graficamente as taxas de retorno, considerando todos os fatores que influenciam nos negócios das empresas demonstrando como se chegou a TIR de -0,64%. Em seguida, passou a detalhar especificamente sobre o item fator de utilização dos motoristas e cobradores. Esclareceu como foram realizados estudos para chegar ao número ideal de operadores. Uma cópia do detalhamento foi entregue aos membros da Comissão. Passou a palavra ao

PS
B

3 Q J

G

Sr. SACHA que abordou sobre o tema frota reversível, ou seja, os veículos biarticulados e os linha direta (ligeirinho) que por suas características exclusivas são utilizados apenas na frota de Curitiba. Esclareceu aos membros da Comissão que essas discussões relativas ao fator de utilização e a frota reversível estão na justiça, onde foi ajuizada duas ações que estão buscando uma tutela que imponha à URBS a recomposição atual do sistema destes dois itens. Sobre o fator de utilização, salientou que o pedido se refere ao reequilíbrio econômico e financeiro, em função de que as despesas atuais com os motoristas e cobradores são diferentes ao número considerado na remuneração. E a ação sobre a frota reversível refere-se ao cumprimento das propostas apresentadas pelos consórcios vencedores da licitação. Explanou o entendimento das empresas sobre a frota reversível: com os encerramentos dos antigos contratos de permissão para operação do transporte coletivo das empresas urbanas, e conforme a lei de concessões, deveria ser feita a liquidação das contas aos encerrar os contratos. Deveria ser indenizado todos os custos de desmobilização tanto do material rodante exclusivo como pessoal. Assim, a URBS apurou o valor da indenização da frota reversível e esta ficaria à disposição dos novos concessionários. Houve o consenso de acordo entre as partes para liquidar os contratos. Neste acordo, referente à frota reversível, foi feita a avaliação desses bens. Na data base do levantamento do acordo foi apurado qual era o saldo residual até então não depreciado na tarifa desses ônibus. Este valor foi colocado no acordo que seria a indenização para que a URBS revertesse esses ônibus para os futuros operadores. Outras verbas deste acordo eram os valores de desmobilização de pessoal e também a confissão de dívida firmada pela URBS, em 2004, que se referia ao período que não houve o pagamento da remuneração às empresas pela desintegração temporária. Então houve este acordo que no processo licitatório seria cobrado um valor de outorga dos vencedores e a cobrança seria utilizada para estas indenizações. Parte da outorga era desmobilização de pessoal e a confissão de dívida e a outra parte era o valor que o vencedor da licitação iria pagar para adquirir a frota reversível. No acordo havia duas opções. Para o permissionário que não participar da licitação, ele receberia a indenização em dinheiro e entregaria a frota à URBS para disponibilizar para o vencedor. E aquele permissionário que participasse e vencesse poderia usar esse crédito de indenização como pagamento da outorga na forma de compensação. No edital previa o montante global da outorga acrescido de outros valores definidos pela URBS. Previa, também, a opção do vencedor para em dinheiro essa outorga e/ou pagá-la com compensação de crédito decorrente das indenizações. Na remuneração da licitação, o cálculo da tarifa técnica é com base no custo quilômetro proposto pelos vencedores. No edital, item outorga, não havia diferenciação para o licitante que pagasse a outorga em dinheiro ou pagasse com crédito. As empresas fizeram a compensação de crédito. No termo de acordo das indenizações definiu que em relação à frota reversível, como ela ia ser compensada como pagamento de outorga, foi apurado um valor para essa frota e ela seria reempregada no sistema pelo valor de R\$ 22.122.289,01. E o valor da indenização poderia ser compensado da parcela devida em razão da

outorga. O Sr. SACHA mencionou que, após o primeiro cálculo da tarifa técnica, a URBS inseriu no item 09 (Anexo III) uma linha chamada desconto de bens de uso exclusivo, e que a explicação da URBS foi que como as empresas fizeram o pagamento do valor da outorga relativa à parcela da frota reversível com compensação de créditos, seria devida a inserção deste item como desconto das propostas vencedoras. O Sr. SACHA salientou que no edital não aparecer este item “desconto de bens de uso exclusivo”, nem outro item que distinga o licitante que fez o pagamento via compensação, ou outro item que autorize a URBS a fazer isso e, também, que o desconto ser em cento e oitenta parcelas. Sobre a frota reversível o Sr. SACHA concluir suas considerações. Por fim, esclareceu que o cálculo da última tarifa técnica, objeto de análise da Comissão, também houve eventos que agravam esta situação financeira apresentada. Ele informou, e também agradeceu a nova gestão da URBS pela acessibilidade ao diálogo, que o SETRANSP debateu com a URBS sobre o reajuste da tarifa item a item e, mais especificamente sobre os itens óleo diesel, pessoal, frota, índice inflacionário e passageiros. E a preocupação do SETRANSP é quanto ao diesel e a frota, que considera os valores utilizados pela RUBS defasados. Com a palavra o Sr. DANTE GULIN agradeceu mais uma vez a oportunidade de ser ouvido pela Comissão e se colocou à disposição para quaisquer esclarecimentos, bem como os materiais apresentados e quaisquer documentos necessários. Na sequência, passou a palavra ao Sr. ANDERSON TEIXEIRA, Presidente do SINDIMOC, que agradeceu a Comissão por permitir a exposição da opinião da classe dos operadores. Em seguida, pontuou alguns itens que gostaria que fossem melhores esclarecidos e comprovados como por exemplo, o número real de todos os passageiros, pagantes e não pagantes; o IPK, a relação existente entre a redução no número de passageiros e a aquisição de ônibus com mais capacidade; solicitou, ainda, que se faça uma apresentação à Comissão do ICI – Instituto Curitiba de Informática, relativa aos sistemas tecnológicos envolvidos no transporte coletivo. Concluindo as apresentações dos Sindicatos o Presidente da URBS abriu para os questionamentos. O Professor LAFAIETE NEVES questionou sobre a inclusão dos ônibus híbridos no sistema de transporte e que peso ele tem na tarifa, tendo em vista que é um veículo mais caro que um veículo articulado, além de ser uma tecnologia desnecessária no sentido de satisfação dos usuários. O Sr. SACHA esclareceu que a escolha, a especificação técnica das linhas, horários e do tipo de veículo a ser adotado, por conceito legal de concessão e da lei 12597/2008, que regulamenta o sistema, a prerrogativa das especificações do material rodante é da URBS, às empresas cabe cumprir a determinação da URBS. Aproveitou a fala questionou à Comissão, considerando a possibilidade de barateamento da tarifa ao usuário e até da tarifa técnica, respeitadas as condições do contrato, se a Comissão tem algum foco de como é conduzido o processo de bilhetagem eletrônica, a comercialização, o cadastro de gratuidades e a utilização do crédito transporte. O Sr. RODRIGO GREVETTI disse que a Comissão está muito empenhada em analisar a bilhetagem eletrônica e informou que foi exposto à Comissão como é feito o controle e o cruzamento de dados entre os encerrantes de cada um dos

✓

FS

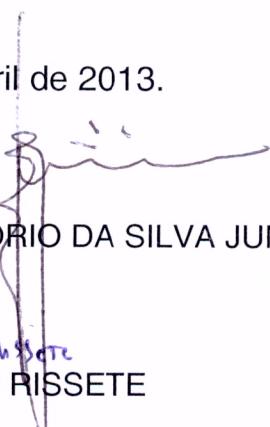
3

5

✓ 10

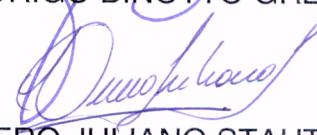
validadores e os números consolidados que vêm para URBS e depois é transmitido para os consórcios. Foi demonstrado analiticamente com o sistema de bilhetagem eletrônica trabalho e, a partir disso, a Comissão vai aprofundar esta análise e sugerir eventuais encaminhamentos. Justificando a pergunta o Sr. SACHA disse que SETRANSPO que dividir esse controle do sistema, para auditar as contas e estabelecer um roteiro de procedimentos entre a URBS, empresa e sociedade, com o objetivo de controlar melhor o sistema de bilhetagem eletrônica. Com a palavra, o Sr. ROBERTO GREGORIO disse que esse trabalho conjunto é muito bem vindo e informou que já designou um grupo de trabalho na URBS para tratar da modelagem tarifária, pois é importante que um sistema deste porte tenha total transparência. Perguntou se havia mais alguma contribuição e o Sr. JORGE BERNARDI sugeriu a apresentação dos fabricantes de ônibus, bem como a apresentação do ICI – Instituto Curitiba de Informática e o Sr. SNADRO SILVA solicitou a apresentação sobre os contratos firmados com as concessionárias. Não havendo mais questionamentos o Sr. ROBERTO GREGORIO informou que os dados históricos solicitados estão à disposição de todos para consulta a qualquer momento e marcou a próxima reunião para o dia 18 de abril, às 09:00.

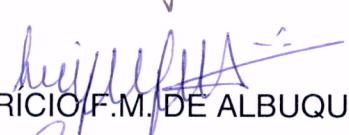
Curitiba, 11 de abril de 2013.

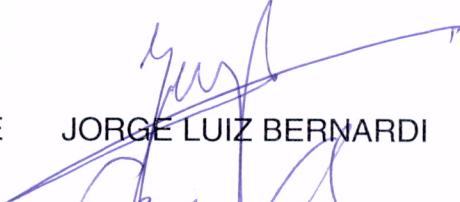

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

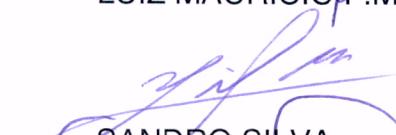

RODRIGO BINOTTO GREVETTI

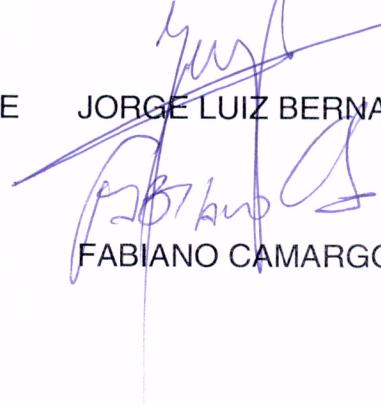

CESAR REINALDO RISSETE

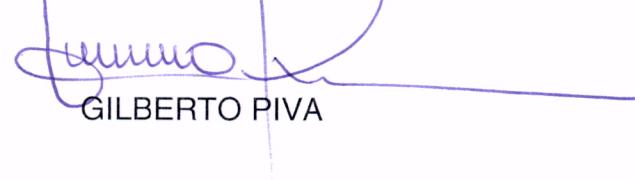

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA


LUIZ MAURICIO F.M. DE ALBUQUERQUE


JORGE LUIZ BERNARDI

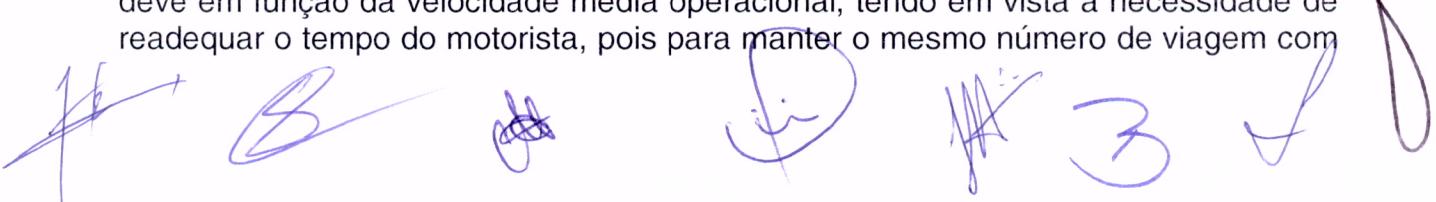

SANDRO SILVA


FABIANO CAMARGO DA SILVA


GILBERTO PIVA

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoferroviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e passou a ata da terceira reunião para as assinaturas. Esclareceu, conforme sugerido na última reunião sobre a apresentação dos fabricantes de veículos, que é importante definir o que é necessário para a conclusão dos trabalhos. Relatou a pauta do dia, iniciando com a apresentação do Sr. LUIZ FILLA referente aos esclarecimentos sobre o número de passageiros, em seguida o Sr. RODRIGO GREVETTI com a apresentação da estrutura básica do contrato de concessão e, na sequência, propôs que a Comissão faça uma avaliação sobre os andamentos dos trabalhos até o momento, com o objetivo de atender o Decreto que propõe, primeiro, verificar se os procedimentos que a URBS tem adotado está de acordo com a legislação, com o edital e com os contratos e, segundo, identificar oportunidade de melhorias na modelagem tarifária, sugerindo e/ou propondo contribuições para o cálculo da tarifa. Os Srs. SANDRO SILVA e VALTER FANINI, questionaram o encaminhamento sugerido, principalmente com relação à verificação dos procedimentos que a URBS tem adotado está de acordo com a legislação, com o edital e com os contratos, pois avaliam que não é o objetivo da comissão e não tem informações suficientes para tal. O Sr. ROBERTO GREGORIO sugeriu que avalie, sob o ponto de vista técnico e jurídico, se as recomendações podem ser aplicadas de imediato ou seria necessária uma alteração contratual ou repactuação dos contratos. Outro ponto relevante abordado pelo Sr. ROBERTO GREGORIO é o anúncio do Prefeito sobre a Comissão composta pela sociedade organizada, por universidades e poder público, para realizar uma auditoria na URBS, no FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e nos contratos de concessão. Nesse sentido, a Comissão pode identificar e sugerir pontos para que a auditoria faça a devida investigação. Pedindo a palavra, o Sr. VALTER FANINI questionou como será o trabalho final da Comissão. O Sr. ROBERTO GREGORIO propôs que a Comissão faça uma avaliação item a item da modelagem tarifária e responda, no formulário próprio, se atende ou não atende ao previsto e com isso e as demais contribuições, fazer as recomendações item a item. O Sr. SANDRO SILVA sugeriu levantar com a Comissão se é necessário melhor detalhamento de algum item específico do Anexo III e trazer para a próxima reunião para dirimir as dúvidas. Ato contínuo passou a palavra aos Sr. LUIZ FILLA para apresentar sobre o número de passageiros, tendo em vista os questionamentos quanto aos parâmetros utilizados, os quais são resultantes do processo licitatório de 2010 e de históricos, e, também, quanto à diminuição do número de passageiros e o aumento da frota. Demonstrou a evolução das integrações metropolitanas, onde o número de passageiros pagantes equivalentes em 1996 era de 27.903.689, em 2002, era 25.947.566 e, em 2012, era de 25.740.155, ou seja, teve uma queda de -0,80% nos últimos 10 anos. E no número de passageiros transportados os usuários do sistema não integrado passaram para o sistema integrado, fazendo parte da RIT – Rede Integrada de Transporte, sendo considerados para efeitos de dimensionamento, o qual é feito por passageiro transportado. Isto explica o aumento da frota. Outro fator que justifica o aumento da frota, realizado em 2012 e 2013, se deve em função da velocidade média operacional, tendo em vista a necessidade de readequar o tempo do motorista, pois para manter o mesmo número de viagem com



mais tempo, é necessário colocar mais ônibus, o que aumenta o custo do sistema, ou seja, o custo do sistema é diretamente proporcional à velocidade. S Sr. SANDRO SILVA questionou se a queda no número de passageiros é generalizada ou é focada em algum tipo de linha. O Sr. LUIZ FILLA esclareceu que a queda está fora do horário de pico e é geral e acontece menos no sistema metropolitano. Diante de todo contexto apresentado sobre as razões de aumento de frota envolvendo a velocidade média dos ônibus, o Sr. VALTER FANINI indagou quais são os limites de responsabilidade de planejamento para a melhoria da mobilidade da URBS, da COMEC, do IPPUC e, também, das Prefeituras da Região Metropolitana, para que as cobranças de solução não recaiam somente no órgão de gestão que é a URBS. Agradecendo o reconhecimento o Sr. ROBERTO GREGORIO lembrou que há três fatores para contribuição futura quanto à mobilidade. Primeiro, que o transporte público é parte de uma dimensão mais ampla que é a mobilidade e, nesse sentido, o Prefeito Gustavo Fruet solicitou a reativação do Conselho Municipal de Transporte, que tem a responsabilidade de discutir as diretrizes do transporte público, assim será possível a discussão de políticas e planejamento de médio e longo prazos. O outro fator importante é a integração metropolitana, a qual deve ser discutida um novo modelo de governança, pensando uma nova modalidade de alocação de recursos. E o terceiro fator é que como a competência da URBS é a gestão, deve-se trabalhar em conjunto com os órgãos de planejamento e demais para a melhoria da mobilidade urbana. Retomando a apresentação passou a palavra ao Sr. RODRIGO GREVETTI que abordou sobre o contrato de concessão do transporte. Foi disponibilizado o contrato na íntegra para que, sendo necessário, os membros levantassem suas dúvidas. O Sr. SANDRO SILVA questionou sobre o item 4.1.9 referente à produtividade e qualidade e também pediu esclarecimentos sobre a matéria impressa de que a URBS não estaria multando as concessionárias que não estão cumprindo os índices. O Sr. RODRIGO GREVETTI esclareceu que existe no Regulamento uma equação que mensura os índices de qualidade, que pode resultar na possibilidade de redução no valor da remuneração das empresas. Estes índices são: 1) índice de cumprimento de viagens; 2) índice de satisfação dos usuários; 3) índice de interrupção de viagem por falha no veículo; 4) índice de liberação de selo de vistoria; e 5) índice de autuações. Informou que apenas o primeiro índice não é apurado pois depende de resultados de relatório do CCO – Centro de Controle Operacional. O Sr. VALDIR MESTRINER, Presidente do SINDIURBANO, questionou como é medido o índice II, referente à satisfação do usuário. O Sr. EDSON BERLEZE, Gestor da Área de Fiscalização do Transporte Coletivo, esclareceu que é medido através das reclamações dos usuários via sistema 156. Após os esclarecimentos, o Sr. ROBERTO GREGORIO pediu a palavra e comunicou que o SETRANSPI entregou cópia do estudo realizado pela USP, a petição inicial referente ao fator de utilização e a petição inicial da impugnação relativa à frota reversível e este material encontra-se disponível para consulta. O Sr. RODRIGO GREVETTI informou que está disponível, também, a contestação da URBS, para que a Comissão possa avaliar. Concluída as apresentações o Sr. ROBERTO GREGORIO propôs o andamento dos trabalhos para os próximos encontros. Nesse sentido entregou aos membros da Comissão um relatório parcial do que foi exposto até o momento e disponibilizou um quadro a ser preenchido pela comissão, respondendo se os procedimentos que a URBS vem adotando estão sendo cumpridos de acordo com a legislação e com os instrumentos contratuais, em cada item da planilha da tarifa técnica e apresente as sugestões para os itens que entendam que não estão em conformidade. Após concluída esta etapa a Comissão apresente sugestões relacionadas à metodologia e também outras recomendações que poderão ser

3

agregadas para contribuir com o processo do cálculo tarifário. O Sr. SANDRO SILVA opinou que existe alguns itens que deveriam ser mais aprofundados. O Sr. ROBERTO GREGORIO salientou que a equipe está disponível para detalhar o que for necessário, bem como os documentos e históricos para consultas e, com isso, a Comissão preenche o quadro o máximo possível para a próxima reunião. Na sequência a Comissão discute e esclarece as convergências para, em consenso, apresentar as sugestões e recomendações. Assim, ficou confirmada a próxima reunião par 25 de abril, às 09:00. Nada mais havendo a tratar o Sr. ROBERTO GREGORIO agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.

Curitiba, 18 de abril de 2013.

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

RODRIGO BINOTTO GREVETTI

CÉSAR REINALDO RISSETE

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA

LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

JORGE LUIZ BERNARDI

SANDRO SILVA

GILBERTO PIVA

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e informou que as atas da quarta e quinta reunião foram encaminhadas aos membros para análise e considerações. Apresentou a ordem do dia referente ao preenchimento da planilha que contém os itens que compõem a tarifa, a qual foi encaminhada previamente, para que os membros apresentassem suas contribuições no que diz respeito se os procedimentos contratuais estão sendo cumpridos ou não, as suas justificativas, bem como as sugestões. Informou, também, que o Prefeito Gustavo Fruet solicitou a inclusão na Comissão da Plenária Popular de Transporte, representada pelo Professor Lafaiete Neves. Em seguida passou a palavra ao Sr. CÉSAR RISSETTE para conduzir e intermediar o registro das contribuições dos membros da Comissão. Pedindo a palavra o Sr. LAFAIETE NEVES manifestou que o formulário sobre os itens do cálculo da tarifa apresentado pela URBS não pode ser respondido nesta reunião, por demandar uma verificação nos documentos comprobatórios. Por esta razão ele e o representante suplente do DIEESE, Sr. FABIANO SILVA solicitaram o registro em ata que fará sua manifestação sobre o formulário em reunião da Comissão para a devida deliberação. Opinou que o formulário apresentado pela URBS pode ser considerado uma contribuição para o relatório final e que não tem sentido verificar a legalidade no cumprimento do contrato pela URBS. Salientou que a Comissão nomeada pelo Prefeito tem autonomia para buscar a documentação na URBS, nas empresas do transporte coletivo e no Instituto Curitiba de Informática, para a elaboração do relatório final a ser apresentado no final de maio/2013. Dando sequência e com a planilha exposta a todos, o Sr. CÉSAR RISSETTE esclareceu que inicialmente foram recebidas contribuições do Vereador JORGE BERNARDI sobre a qual em conjunto, serão complementadas por todos os membros. Lembrou que a planilha objetiva responder se atende ou não o que está estabelecido em contrato em cada item apresentado, os motivos que levam ao não atendimento, bem como a parte mais importante que são as sugestões que devem ser propostas para a melhoria dos procedimentos do cálculo da tarifa técnica. Os itens abordados nesta reunião foram combustível; lubrificante; rodagem; peças e acessórios; baterias; pessoal operacional; encargos sociais; cesta básica; plano de saúde; seguro de vida; atividade complementar; fundo assistencial; pessoal de administração; despesas administrativas; outros custos administrativos; e risco operacional. O Sr. CÉSAR RISSETTE ponderou que as sugestões apresentadas são as contribuições iniciais da Comissão, podendo ser complementadas a qualquer tempo até a elaboração do relatório final. A planilha de sugestão compõe a Ata que aprovar o texto final de todos os itens. O Sr. ROBERTO GREGORIO encerrou os trabalhos no item risco.

fd

12

10

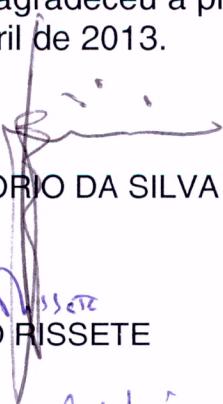
11

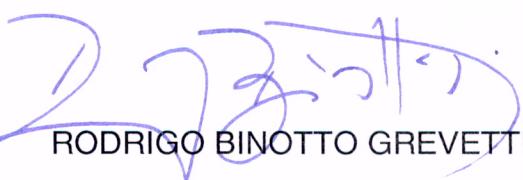
12 3

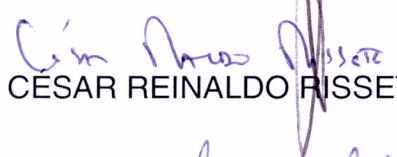
13

14

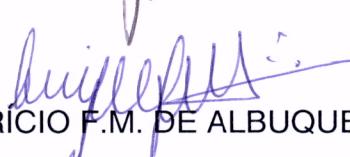
operacional, ficando marcada a próxima reunião para 02 de maio. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão.
Curitiba, 25 de abril de 2013.

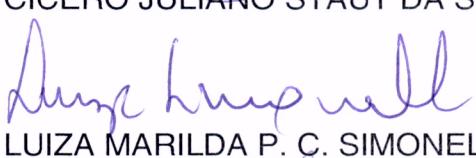

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR


RODRIGO BINOTTO GREVETTI


CESAR REINALDO RISSETTE

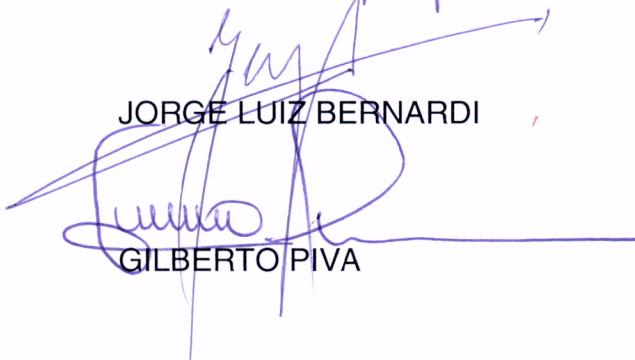

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA


LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE


LUIZA MARILDA P. C. SIMONELLE


JORGE LUIZ BERNARDI


FABIANO CAMARGO DA SILVA

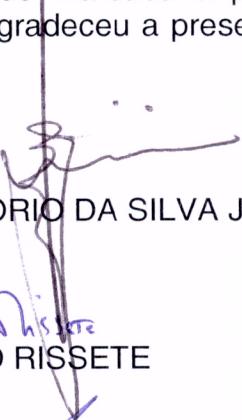

GILBERTO PIVA

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e informou a pauta do dia. Primeiramente passou as atas da quarta e quinta reunião para as assinaturas; propôs a continuidade no preenchimento do quadro de sugestões aos itens da tarifa técnica; e informou sobre a apresentação mais detalhada dos controles de quilometragem e número de passageiros. Antes de iniciar os trabalhos propriamente ditos, o Sr. ROBERTO GREGORIO explanou sobre o Convênio com a COMEC, o qual se encerra no próximo dia sete de maio e, conforme as notificações encaminhadas pela URBS, o Governo do Estado está avaliando a renovação. Nesse sentido o Sr. JORGE BERNARDI solicitou a cópia dos convênios existentes com a COMEC. Pedindo a palavra, o Sr. HÉLIO WIRBISKI manifestou que está em discussão entre alguns vereadores na Câmara a ideia de criação de um Fundo para subsidiar o transporte metropolitano e solicitou o apelo dos técnicos presentes na Comissão para contribuir com propostas para a construção desse Fundo. Ato contínuo, o Sr. CÉSAR RISSETE reiniciou o preenchimento da planilha de sugestões com as contribuições dos membros da Comissão. Os itens abordados nesta reunião foram amortização dos veículos; amortização das instalações, edificações e equipamentos; rentabilidade justa dos veículos; das instalações, edificações e equipamentos; dos impostos exclusivos; desconto dos bens de uso exclusivo; tributos federais; e tributos municipais. O Sr. LAFAIETE NEVES questionou quanto à inclusão de veículos na frota mais caros e com menos assentos, como é o caso do híbrido. O Sr. ROBERTO GREGORIO manifestou que os custos de inovações fossem custeados com recursos extratarifários. O Sr. LAFAIETE NEVES opinou que as inovações devem ser discutidas com a sociedade, com a participação dos usuários, sindicatos e conselho de transporte. O Sr. VALTER FANINI questionou como está estabelecida a relação entre o Poder Público e as empresas quanto à implantação de novas tecnologias, se existe alguma contra partida para o município ao realizar estas experiências com novas tecnologias. O Sr. LAFAIETE NEVES ponderou que deve haver método para analisar os parâmetros para levantar custos e benefícios da inovação. O Sr. WILHELM MEINERS questionou se há estudos de redução de emissão de carbono (comercialização de crédito de carbono) para reduzir custos. A partir deste questionamento foi acrescentada na planilha a busca desta sugestão. O Sr. LAFAIETE NEVES disse que para a Comissão elaborar o relatório é necessário o acesso aos relatórios gerenciais das concessionárias. Outros membros da Comissão opinam que as análises dos relatórios gerenciais devem ser realizadas pela comissão de auditoria. Nesse sentido, o Sr. ROBERTO GREGORIO propôs que esta Comissão defina as diretrizes de temas para demandar para a auditoria. O Sr. WILHELM MEINERS questionou se o contrato prevê a formação de uma câmara de arbitragem prévia, com condições de encaminhar ao juiz um processo melhor instruído, tendo em vista as diversas demandas das concessionárias via justiça, com isso facilitaria o entendimento da matéria com mais elementos para fundamentar a decisão. O Sr. ROBERTO GREGORIO concordou que é importante considerar a ideia da arbitragem, pois é um instrumento reconhecido e que dá maior agilidade e celeridade, desde que seja adequadamente discutida com segmentos organizados da sociedade e até mesmo com a Câmara Municipal, ou seja, que este instrumento



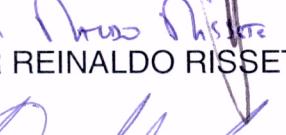
seja objeto de regulamentação com lei específica, com segurança técnica e processual adequada. A maioria dos membros da comissão manifestaram-se contrários a esta alternativa alegando riscos maiores a discussão do processo. Ato contínuo, foram registradas as contribuições de cada item e a planilha de sugestão comporá a Ata que aprovar o texto final de todos os itens. Quanto à apresentação dos controles do número de passageiros e de quilometragem, ficará para a próxima reunião tendo em vista o tempo decorrido. O Sr. ROBERTO GREGORIO encerrou os trabalhos, ficando marcada a próxima reunião para 09 de maio. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 02 de maio de 2013.



ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR



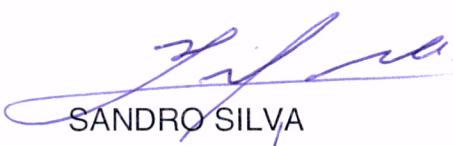
RODRIGO BINOTTO GREVETTI



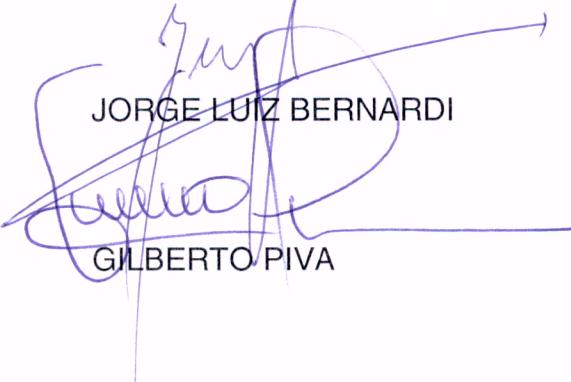
CÉSAR REINALDO RISSETTE



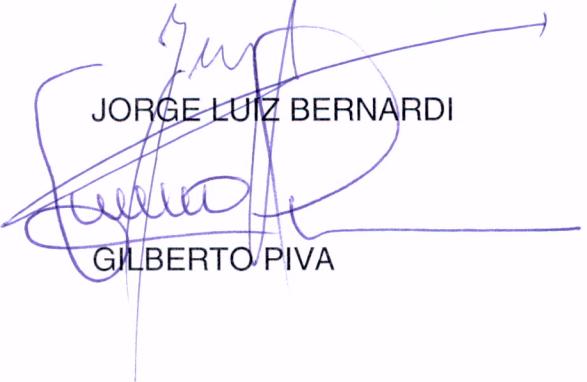
CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA



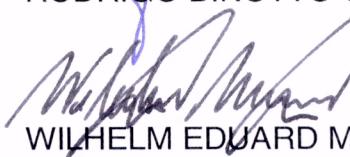
SANDRO SILVA



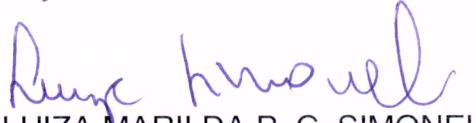
JORGE LUIZ BERNARDI



GILBERTO PIVA



WILHELM EDUARD M. DE A. MEINERS



LÚIZA MARILDA P. C. SIMONELLE



FABIANO CAMARGO DA SILVA



HÉLIO WIRBISKI

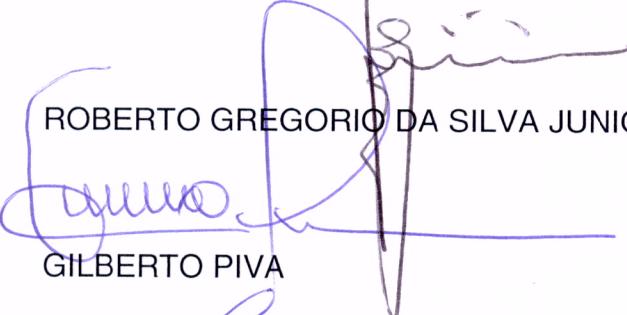
ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes. Informou que as atas da quarta e quinta reunião estão sob análise dos Senhores Sandro Silva, Valdir Mestriner e Valter Fanini, que a ata da 6^a reunião, de 25 de abril, foi encaminhada para análise e que a ata da 7^a reunião, de 02 de maio, será encaminhada futuramente. Informou a pauta com uma apresentação do SETRANSPI sobre Oportunidades de Melhoria no Sistema de Transporte Coletivo, na sequência uma apresentação da URBS sobre o controle da quilometragem e o número de passageiros e, em seguida, a conclusão das sugestões dos itens da planilha, que será encaminhada aos membros para as suas contribuições. O Sr. ROBERTO GREGORIO também informou que a URBS está estudando melhorias no Sistema de Bilhetagem Eletrônica e que atualmente há um contrato com o ICI – Instituto Curitiba de Informática. Também informou que foi criada uma comissão para avaliar novas possibilidades no uso do cartão transporte, a transformação dos créditos em recurso financeiro; o estabelecimento de prazo de validade para uso dos créditos; bem como a implantação de alguns diferenciais, tais como a tarifa hora sazonal , ou seja, a utilização do cartão fora do horário de pico com algum desconto; a possibilidade das integrações temporais serem estendidas ou não, sempre baseadas em estudos técnicos. Em resumo, há uma série de fatores que estão sendo avaliados. Ato contínuo, passou a palavra ao Sr. DANTE FRANCESCHI FILHO, representante do SETRANSPI, que iniciou a apresentação relatando o que eles verificaram em outras cidades referente aos sistemas de bilhetagem eletrônica. Passou a palavra ao Sr. ANDERSON OBERDAN, para apresentar uma síntese de propostas de melhorias para o sistema de transporte coletivo, realizadas pelo SETRANSPI. O Sr. ANDERSON OBERDAN abordou as melhorias que já foram efetuadas no sistema e em paralelo o que pode ser melhorado para ser aperfeiçoado ainda mais, exemplificando o sistema de bilhetagem eletrônica que, na sua opinião, com a falta de melhoria significativa nesta área, acaba interferindo no custo da tarifa, na qualidade e transparência do serviço. Apresentou a estrutura básica do sistema de bilhetagem identificando os agentes envolvidos no sistema e o funcionamento da interação entre esses agentes. Passando para a segunda parte da apresentação informou que as propostas de melhorias se baseiam em experiências de outras cidades que também trabalham com sistema de bilhetagem eletrônica, mas de forma diferente, com outras características que proporcionam, muitas vezes, o aumento na quantidade de passageiros, uma transparência e controle mais rigoroso e a redução de custos. Nesse sentido passou a palavra ao Sr. DANTE FRANCESCHI FILHO que apresentou as propostas para melhorias no sistema de bilhetagem eletrônica. Pedindo a palavra o Sr. JORGE BERNARDI questionou a possibilidade de fraude neste sistema. O Sr. ANDERSON OBERDAN esclareceu que o sistema pode ter algumas fragilidades e o controle e fiscalização em todo o seu processo deve ser muito rigoroso, tendo em vista o grande número de informações que o sistema possui. Quanto à fiscalização dos dados do sistema o Sr. ROBERTO GREGORIO solicitou a presença do Sr. CELSO BERNARDO para os esclarecimentos. O Sr. CELSO relatou que a URBS tem condições de rastrear o uso do cartão, ou seja, existe o controle e fiscalização da utilização do cartão, desde a origem do crédito, se

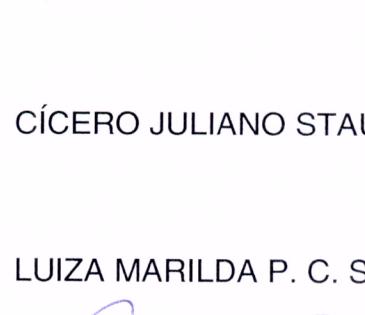


foi realizado por pessoa jurídica ou física, até o momento da passagem pela catraca. Todos os dados estão disponíveis no sistema. Também informou que a fiscalização do transporte coletivo atua no controle do mau uso do cartão, bloqueando o cartão quando é detectada a utilização indevida. Após os esclarecimentos, o Sr. JORGE BERNARDI solicitou que seja realizada uma auditoria no sistema de bilhetagem eletrônica. Quanto ao cadastramento dos usuários para a compra dos créditos transporte, o Sr. ROBERTO GREGORIO ponderou que é para fins de segurança ao deles mesmos, porém se houver algum questionamento quanto à legalidade do cadastro o procedimento será avaliado. Dando continuidade a apresentação, o Sr. DANTE FRANCESCHI FILHO abordou sobre as propostas para melhorias no sistema de bilhetagem eletrônica, com o objetivo de deixar o sistema mais eficiente, barato, seguro e transparente, resultando no aumento do número de usuários, no estímulo ao uso do cartão e na consequente redução da tarifa, o que contribuirá, também, para a mobilidade da cidade. O Sr. LAFAIETE NEVES questionou se somente a cidade de Curitiba terceirizou o desenvolvimento do software ou outras cidades também terceirizaram. O Sr. ANDERSON OBERDAN esclareceu que algumas cidades contrataram empresas privadas de tecnologia e outras cidades não. O Sr. JORGE BERNARDI questionou se nas cidades onde há diversos pontos de venda do cartão há também o pagamento de algum percentual para as empresas que comercializam. O Sr. DANTE FRANCESCHI FILHO esclareceu que há convênio entre o poder público e estas empresas e não é repassado nenhum percentual a elas, pois é um atrativo a mais para o estabelecimento a disponibilização da venda do cartão. O Sr. JORGE BERNARDI questionou também como é o controle da tarifa paga em dinheiro ao cobrador. O Sr. DANTE FRANCESCHI FILHO esclareceu que a catraca apresenta três relatórios do movimento diário, ou seja, a quantidade de isentos, a de não isentos e a quantidade em dinheiro. O cobrador faz o acerto na empresa ao final do seu expediente e o valor em dinheiro já fica nas contas das empresas. O Sr. JORGE BERNARDI indagou se esse sistema é possível fraudar. O Sr. DANTE FRANCESCHI FILHO esclareceu que se houver algum cartão fraudado, é possível verificar no sistema e a URBS bloqueia este cartão. Quanto à catraca, se houver algum giro sem liberação é possível verificar em relatório, assim como o controle de isenção que também é realizado. Concluiu dizendo que não se deve falar em fraude, **mas sim na má utilização do cartão.** Com a palavra o Sr. LUIZ FILLA explanou que há três sistemas de bilhetagem, um controlado pelo gestor público, um controlado pelas empresas que são do sistema metropolitano não integrado, o Metrocard, e outro controlado por uma empresa metropolitana não integrada com sistema próprio. O sistema do poder público é gerenciado pela URBS e levantou a necessidade de definir se, no futuro, permanecerão os sistemas seccionados ou se implantaria um único sistema de bilhetagem e quem irá gerenciá-lo. Dando continuidade ao preenchimento da planilha, abriu os itens controle de quilometragem e número de passageiros. Explanou como é realizado este controle da quilometragem e como é definida a extensão de determinada linha, bem como o acompanhamento de demanda dos passageiros. O Sr. JORGE BERNARDI questionou quem detém o conhecimento do código fonte do sistema de bilhetagem e se há auditoria neste software. O Sr. LUIZ FILLA esclareceu que o ICI – Instituto Curitiba de Informática controla a empresa por ele contratada e também existe o cruzamento de informações que permitem verificar se está acontecendo alguma anormalidade ou não. O Sr. EDSON BERLEZE manifestou que é realizado relatório de auditoria de uso do cartão isento repetidas vezes no mesmo validador, pois pode ser considerada má utilização deste cartão. Dando seguimento, o Sr. LUIZ FILLA finalizou a apresentação abordando sobre as isenções existentes no sistema. O Sr.

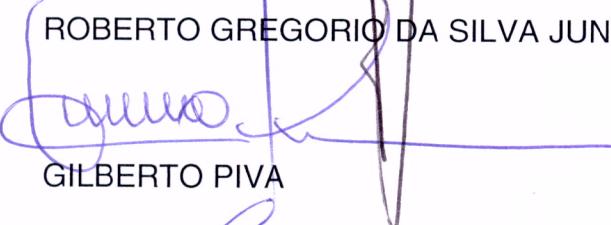
SANDRO SILVA sugeriu que as isenções deveriam ser analisadas caso a caso, pois não se deve transferir esta conta ao usuário pagante. O Sr. ROBERTO GREGORIO encerrou os trabalhos informando que todas as sugestões apresentadas serão registradas e encaminhadas aos membros da comissão e solicitou o empenho para avaliação e sistematização das contribuições. A comissão solicitou a prorrogação por mais 30 (trinta) dias ao Prefeito para a conclusão dos trabalhos. A próxima reunião ficou agendada para 16 de maio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 09 de maio de 2013.



ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR



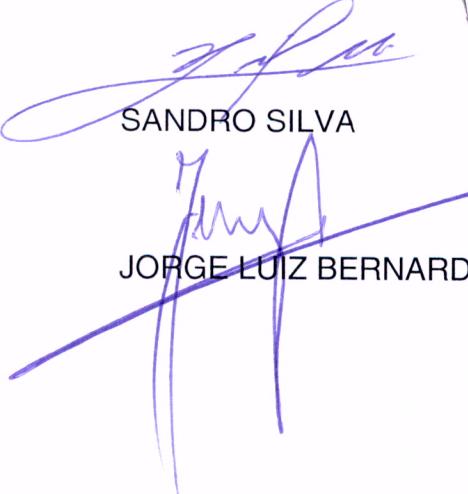
CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA



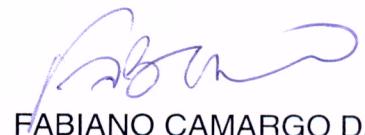
GILBERTO PIVA



LUIZA MARILDA P. C. SIMONELLE



SANDRO SILVA



FABIANO CAMARGO DA SILVA



JORGE LUIZ BERNARDI

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoferroviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e solicitou que as atas das quartas e quintas reuniões que ainda estão sob avaliação, sejam analisadas até a próxima quarta-feira, para que na próxima reunião sejam assinadas. Explanou sobre a pauta do dia com a proposta das apresentações sobre o cadastro e controle de isenções e sobre o funcionamento do Centro de Controle Operacional – CCO, a conclusão da planilha com as justificativas dos itens quilometragem, passageiros e IPK, a discussão da forma e texto final da planilha de sugestões e, ao final uma visita ao CCO. Dando continuidade, o Sr. ROBERTO GREGORIO propôs iniciar os trabalhos pelo preenchimento da planilha e ao final as apresentações. Informou aos membros o encaminhamento ao Prefeito da solicitação de prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo para conclusão dos trabalhos, bem como da edição do decreto com os nomes dos membros da Comissão. Assim, ficou definido que o prazo para conclusão dos trabalhos vai até 30 de junho. Sugeriu que, antes de finalizar o relatório, fossem avaliados todos os pontos que foram apresentados e concluisse a redação das sugestões. Passou a palavra ao Sr. CESAR RISSETE para moderar a apresentação de contribuições, iniciando pelo item relativo à quilometragem. Foram registradas as sugestões do Sr. JORGE BERNARDI quanto à dinâmica na adequação da oferta com a demanda e do Sr. SANDRO SILVA quanto a tornar transparente e disponibilizar no site da URBS o cumprimento das tabelas horárias por parte dos operadores, possibilitando ao usuário o acompanhamento diário de sua linha e manter este histórico das viagens programadas e realizadas. Foi registrada, também, no item sugestões gerais, a proposta de escalonamento de horários dos diversos segmentos da sociedade. O Sr. JORGE BERNARDI se manifestou, a pedido do Sr. HÉLIO WIRBISKI, sobre o custo do seguro para os usuários para que seja reavaliada na relação custo x benefício. Pedindo a palavra, o Sr. ROBERTO GREGORIO salientou que a discussão da modelagem tarifária da rede integrada deve ser também responsabilidade do Governo do Estado, tendo em vista a competência legal do Estado do Paraná no tocante ao transporte intermunicipal. Nesse sentido, sugeriu que novas modelagens tarifárias devem ser estudadas e avaliadas. O Sr. JORGE BERNARDI solicitou mais informações sobre o convênio assinado com a COMEC, e se a URBS tem estudos relativos ao movimento pendular dos usuários da região metropolitana à Curitiba. O Sr. ROBERTO GREGORIO esclareceu que o papel da URBS é o de auxiliar a COMEC tanto na operação do transporte integrado como o não integrado, durante a vigência do convênio e destacou que é necessário realizar estudos mais detalhados, como uma pesquisa de origem/destino. O Sr. SANDRO SILVA concordou com a preocupação do Sr. ROBERTO GREGORIO quanto às responsabilidades do Estado e opinou que se deve envolver também os municípios da região metropolitana nas discussões, tanto do aprimoramento na operação do sistema quanto do seu custeio. Manifestou, também, que deve ser discutido sobre o custo das isenções, que hoje são pagas pelos usuários. O Sr. ROBERTO GREGORIO pontuou que a legislação prevê que para qualquer novo benefício de isenção proposto, deverá ser indicada a fonte de custeio evitando que o ônus do benefício seja transferido para o usuário pagante do sistema. O Sr. SANDRO SILVA solicitou, também, o registro da sugestão de se



estudar a criação de um órgão metropolitano, conforme abordou o Sr. VALTER FANINI sobre esta necessidade, o qual irá elaborar o texto da proposta. Dando sequência ao item passageiros da planilha foram registradas as sugestões quanto à auditagem técnica e financeira do sistema de bilhetagem eletrônica, ao acesso ao banco de dados, controle de evasão e invasão e a comercialização dos créditos transporte pelo poder público. O Sr. JORGE BERNARDI questionou sobre a posse do código fonte do sistema e quais as formas de burlar o sistema. O Sr. ROBERTO GREGORIO esclareceu que, conforme proposto sobre a auditagem do sistema, será avaliada a existência de fragilidades no sistema e, caso isso se confirmar, serão tomadas as medidas preventivas necessárias. Quanto ao código fonte o Sr. RODRIGO GREVETTI esclareceu que há pessoas na URBS que são responsáveis pela liberação dos créditos no sistema, porém quanto ao código fonte propriamente dito este diz respeito a estrutura do software criado para rodar o sistema de bilhetagem e utilizar o banco de dados e, que a posse desse código seria do desenvolvedor do software. Após as considerações sobre a planilha, foi passada a palavra ao Sr. EDSON BERLEZE que apresentou o funcionamento do CCO – Centro de Controle Operacional. A sistemática de cadastro e controle das isenções ficou para a próxima reunião. Após, os membros da comissão visitaram o CCO. O Sr. ROBERTO GREGORIO encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião para 23 de maio. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 16 de maio de 2013.

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

CÉSAR REINALDO RISSETE

LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

SANDRO SILVA

VALDIR A. MESTRINER

RODRIGO BINOTTO GREVETTI

JORGE LUIZ BERNARDI

GILBERTO PIVA

FABIANO CAMARGO DA SILVA

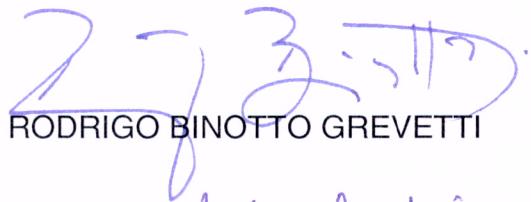
ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o suplente do Presidente da Comissão, Sr. RODRIGO GREVETTI, deu as boas vindas aos presentes e justificou a ausência do ROBERTO GREGORIO que está em viagem ao Japão junto com o Prefeito. Passou as atas da 4^a, 5^a e 6^a reuniões para as assinaturas e informou que a ata da 7^a reunião foi encaminhada para análise e complementações e as atas da 8^a e 9^a reuniões serão enviadas futuramente. Como pauta do dia informou sobre a apresentação do Sr. EDSON BERLEZE referente ao cadastro e controle das isenções no sistema de transporte coletivo, a conclusão e revisão da planilha de sugestões, a discussão dos itens a serem auditados e, por fim, o levantamento se a comissão tem alguma consideração a fazer sobre os trabalhos apresentados pelo Sindicato das empresas, se há algum encaminhamento quanto ao estudo apresentado por eles na 8^a Reunião da Comissão e sobre os requerimentos das concessionárias sobre o equilíbrio econômico do contrato. Passou a palavra ao Sr. EDSON BERLEZE que abordou sobre as isenções no sistema de transporte coletivo. Mostrou como são feitos os cadastros dos isentos e como são feitos os controles do uso deste cartão. Informou que os isentos, conforme legislações, são os operadores do sistema, os fiscais do transporte coletivo, os idosos acima de 65 anos, as pessoas com deficiência, os aposentados por invalidez, os oficiais de justiça federal, do trabalho e eleitoral, os fiscais do ministério do trabalho, os estudantes, cujo benefício é de 50% (cinquenta por cento) e, ainda, os policiais militares fardados, os guardas municipais fardados e os carteiros em horário de trabalho e uniformizados. Esclareceu que os controles de utilização do cartão isento são feitos através de denúncias do Sistema 156, da verificação através das câmeras do CCO instaladas nas estações-tubo e do relatório de auditoria de utilização do cartão. Quanto ao cadastro dos usuários para a aquisição do cartão, esclareceu que isto dá a garantia de que outra pessoa não irá utilizar os créditos no caso de extravio, pois o proprietário do cartão estabelece quantas vezes ele quer usar por dia e, se ele extraviar é possível fazer o bloqueio e solicitar a segunda via, resgatando os créditos no novo cartão. Finalizou a sua apresentação e abriu aos questionamentos. O Sr. VALTER FANINI questionou qual é o histórico de ações ou atitudes a URBS teve para a desoneração da tarifa com relação às isenções, por exemplo, propostas ao legislativo, emendas, etc. e quanto às isenções representam na tarifa. O Sr. LUIZ FILLA respondeu que as isenções representam aproximadamente 14% (quatorze por cento) na tarifa e quanto às ações, a URBS tem se posicionado contra aos novos pedidos, principalmente por que não se indica a fonte dos recursos para pagar esta nova despesa. Salientou que diversos vereadores apresentam propostas para novas isenções, porém

conforme prevê a Lei Municipal n.º 12597/2008, qualquer nova isenção deve ter a indicação dos recursos compensatórios. Quanto às isenções já existentes, esclareceu que houve uma tentativa com a categoria dos carteiros, porém sem sucesso. Pedindo a palavra, o Sr. HÉLIO WIRBISKI manifestou que, após os trabalhos realizados nesta comissão, ele e o Sr. JORGE BERNARDI tem alertado os demais vereadores que estas propostas de novas isenções são onerosas aos usuários pagantes. Sugeriu, ainda, que esta comissão da tarifa seja permanente, que possa continuar contribuindo com a URBS e com cidade de Curitiba. O Sr. VALTER FANINI opinou que as legislações de isenção são inconstitucionais, pois o benefício social não pode ser pago por um único segmento da sociedade. Nesse sentido solicitou o encaminhamento de estudos de que as isenções não sejam pagas pela camada mais carente da sociedade, que não seja parte da tarifa. Concordando, o Sr. SANDRO SILVA manifestou que se deve buscar uma alternativa de reduzir este impacto das isenções sobre o usuário pagante. Acatando as sugestões o Sr. RODRIGO GREVETTI irá avaliar se é viável um encaminhamento ao judiciário desta manifestação juntamente com um parecer feito sobre isenções dos carteiros, solicitando pronunciamento quanto à inconstitucionalidade destas leis. Outra proposta apresentada pelo Sr. RODRIGO GREVETTI é o encaminhamento no sentido de buscar uma solução junto aos governos estadual e federal quando o beneficiário da isenção é oriundo destas esferas, como por exemplo, o estudante universitário, de acordo com a constituição o ensino superior é atribuição conjunta da união e dos estados, assim essa isenção poderia ser custeada por estes entes através de seus tributos. Outro exemplo são os carteiros, que como empresa federal, a isenção dessa classe deveria ser paga pelo governo federal, através dos tributos federais. O Sr. VALDIR MESTRINER sugeriu a implantação de cartões transporte avulsos sem identificação e sem a necessidade de cadastro prévio, objetivando o incentivo no uso do cartão. O Sr. LUIZ FILLA manifestou a preocupação que esta possibilidade de compra de cartão avulso se torne um comércio paralelo como aconteceu com as fichas metálicas, que eram utilizadas como moeda. Encerrando os questionamentos, o Sr. LUIZ FILLA informou que foi encaminhado aos membros a planilha com todas as sugestões sobre a tarifa técnica, bem como as propostas para a auditoria a ser contratada, para que sejam avaliadas e, na próxima reunião finalizá-la e incluir como anexo do relatório final. Informou, também, sobre três requerimentos encaminhados à comissão, dois do SETRANSP e um do SINDIMOC. Um dos documentos encaminha os estudos realizados pelo ECCOM CONSULTORES ASSOCIADOS e a cópia dos autos das ações judiciais relativas ao fator de utilização dos motoristas e cobradores e os bens reversíveis. O outro documento solicita que se readeque os parâmetros, com a correção do diesel, o percentual do fator de utilização de motorista e cobrador, antecipação de tendência de redução de passageiros, alteração da quilometragem de entrada e recolhida, a retirada dos descontos dos bens reversíveis e a revisão nos preços dos veículos utilizados no último ajuste, para correção de depreciação e de peças e acessórios. O documento do SINDIMOC ratifica parte das reivindicações do Setransp e coloca

3 

preocupação, quanto aos valores a serem repassados pelas empresas ao sindicato. A cópia destes ofícios serão encaminhados aos membros via e-mail. O Sr. RODRIGO GEVETTI encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião para 06 de JUNHO. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 23 de maio de 2013.



RODRIGO BINOTTO GREVETTI

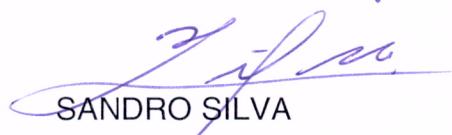


CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA



LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

HELIO WIRBISKI



SANDRO SILVA



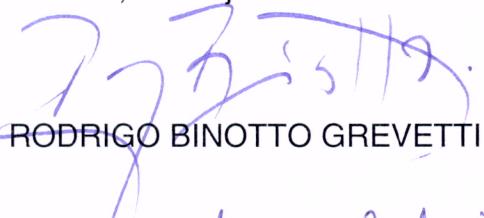
FABIANO CAMARGO DA SILVA



VALDIR A. MESTRINER

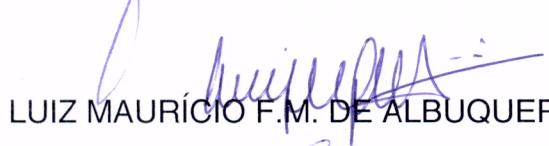
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o suplente do Presidente da Comissão, Sr. RODRIGO GREVETTI, deu as boas vindas aos presentes e informou que as atas da 4^a a 10^a reuniões estão disponíveis para as assinaturas. Ato contínuo, informou que os técnicos da URBS fizeram uma compilação de todas as sugestões apresentadas pelos membros da comissão, com o objetivo de preparar o relatório final. Este documento está dividido em duas partes, uma que fará parte do relatório com as conclusões da comissão da tarifa e a outra parte se refere às sugestões que serão encaminhadas à Comissão de Auditoria. O Sr. SANDRO SILVA solicitou que fosse revisado todos os itens para as complementações e finalização dos textos. Assim, iniciaram a revisão nas sugestões de caráter geral, que considera os itens relativos à revisões de todos os parâmetros da metodologia do cálculo tarifário, sustentabilidade da integração metropolitana, implantação de tarifa diferenciada e tarifa sazonal, estudos para os créditos em dinheiro no cartão transporte, subsídios para isenções tarifárias, escalonamento de horários, constituição de órgão metropolitano, fixação de data-base de reajuste da tarifa a ser cobrada do usuário, verificação do cumprimento do contrato de concessão, revisão dos indicadores de qualidade, revisão da eficiência e custo dos ônibus híbridos. A redação completa de cada uma destas sugestões fará parte da Ata que aprovar o relatório final. Finalizando as contribuições de ordem geral, a Comissão revisou os itens específicos da planilha iniciando com o item quilometragem, passageiros e combustível. Foram registradas todas as adequações solicitadas pelos membros para estes itens, as quais também serão parte integrante da Ata que aprovar o relatório final. O Sr. RODRIGO GEVETTI encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião para 13 de junho. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 06 de junho de 2013.



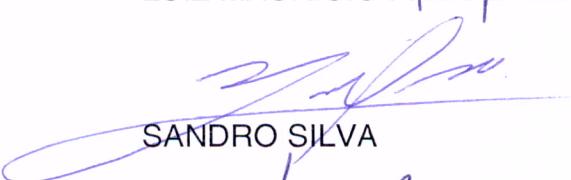
RODRIGO BINOTTO GREVETTI

CÉSAR REINALDO RISSETE

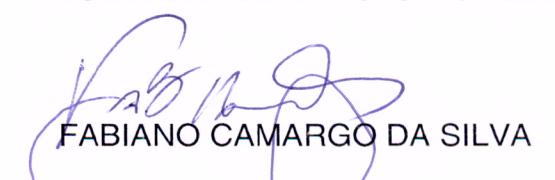


LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

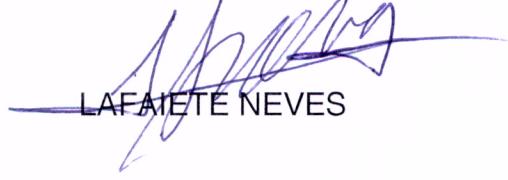
LUIZA MARILDA P. C. SIMONELLE



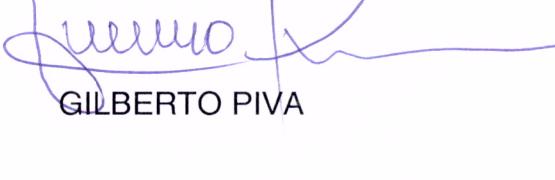
SANDRO SILVA



FABIANO CAMARGO DA SILVA



LAFAIETE NEVES



GILBERTO PIVA

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoferroviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o suplente do Presidente da Comissão, Sr. RODRIGO GREVETTI, deu as boas vindas aos presentes e retomou os trabalhos de revisão dos itens para as complementações e finalização dos textos, iniciando no item combustível. Registraram para este item sugestões relativas ao controle de abastecimento e consumo, preço e viabilidade de controle eletrônico de consumo. Para o item lubrificantes sugeriram a eliminação de indexação interna e realização de auditorias aleatórias e permanentes. Para o item rodagem sugeriram a verificação dos padrões atuais de consumo, a adoção de um índice setorial que represente a variação dos preços deste item e auditorias aleatórias e permanentes. Para o item peças e acessórios registraram a adoção de índice setorial que represente a variação de preço deste item, revisão de mensuração deste parâmetro, verificação dos gastos com manutenção, comprovação dos gastos em balancetes e balanço anual, comparação dos gastos anuais com o valor da frota e realização de auditorias aleatórias e permanentes. Para o item bateria exclusiva para os ônibus híbridos, solicitaram o acompanhamento da durabilidade da bateria e os valores de aquisição. Para o item pessoal operacional sugeriram a revisão da política de valorização de pessoal, otimização da jornada de trabalho, que os reajustes acima da inflação não impactem na tarifa técnica e realização de auditoria aleatória e permanente. Foram registradas todas as adequações solicitadas pelos membros para estes itens, cuja redação completa de cada item fará parte da Ata que aprovar o relatório final. O Sr. RODRIGO GREVETTI encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião para 20 de junho. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 13 de junho de 2013.

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

WILHELM EDUARD M. DE A. MEINERS

LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

SANDRO SILVA

LAFAYETE NEVES

GILBERTO PIVA

RODRIGO BINOTTO GREVETTI

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA

JORGE LUIZ BERNARDI

FABIANO CAMARGO DA SILVA

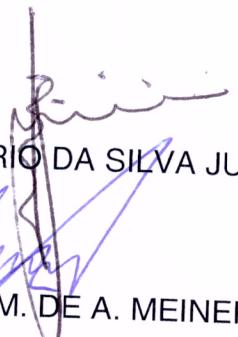
VALDIR APARECIDO MESTRINER

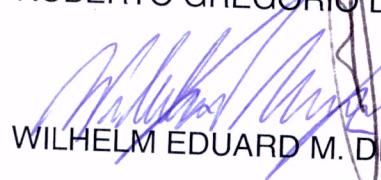
ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e saudou a Comissão, tendo em vista a relevância do trabalho realizado pelos membros e a importância na transparência do processo. Ato contínuo passou a palavra ao Sr. CÉSAR RISSETE para dar continuidade na revisão dos itens, para as complementações e finalização dos textos, iniciando no item pessoal operacional. Registraram para este item sugestões relativas à revisão da política de valorização de pessoal, otimização da jornada de trabalho, que os reajustes acima da inflação não impactem na tarifa técnica, realização de auditoria aleatória e permanente, retirar da tarifa os custos de acordos que não sejam repassados diretamente aos trabalhadores e que as negociações da convenção coletiva de trabalho sejam antecipadas. Para o item encargos sociais a sugestão é direcionada para auditoria para que verifique o efetivo custo dos encargos. Para o item cesta básica sugeriram que a correção seja pelo índice da cesta básica de Curitiba e os reajustes acima do índice não devem impactar na tarifa. Para os itens plano de saúde e seguro de vida sugeriram que a auditoria verifique o efetivo gasto nesta rubrica. Para o item atividade complementar sugeriram negociar o valor da atividade complementar, revendo a legislação que proibiu a dupla função. Para o item fundo assistencial sugeriram que a auditoria verifique o efetivo gasto nesta rubrica e sua efetiva utilização em benefício ao trabalhador. Para o item pessoal de administração sugeriram que a auditoria verifique o efetivo gasto com pessoal administrativo reavaliando o dimensionamento, dentro do critério de razoabilidade e estabelecendo limites na remuneração dos diretores de acordo com salários de secretários municipais. Para o item despesas administrativas sugeriram que a auditoria a ser contratada verifique o efetivo gasto anual com os componentes relativos e estes itens conforme estabelecido na planilha e o Art. 60 do decreto nº 1356/08. Para o item custos de administração sugeriram que auditoria avalie o dimensionamento e aplicação efetiva dos contratos relativos à Vigilância, Uniforme, Seguro e outros contratos e a taxa de Administração do Segbus. Buscar outras fontes de financiamentos para cobertura dos custos relativos às despesas com ATENDE e atendimento médico SITES e avaliar retirada do Transporte Coletivo dos serviços SITES e ATENDE. Foram registradas todas as adequações solicitadas pelos membros para estes itens, cuja redação completa de cada item fará parte da Ata que aprovar o relatório final. O Sr. ROBERTO GREGORIO encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião para 24 de junho. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 20 de junho de 2013.

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA, realizada em vinte de junho de dois mil e treze, às nove horas.

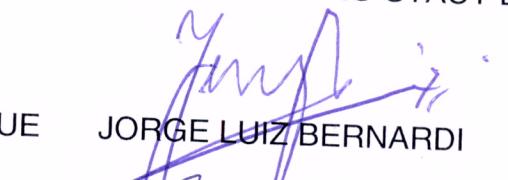
ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

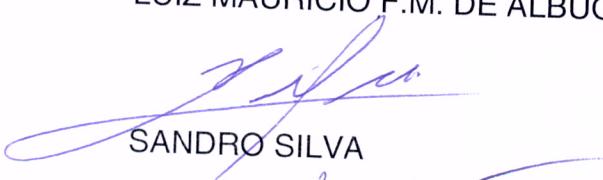
 RODRIGO BINOTTO GREVETTI

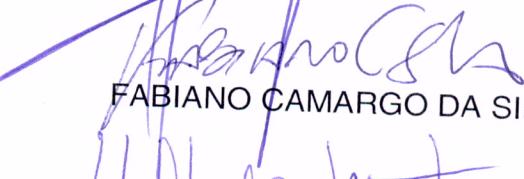
 WILHELM EDUARD M. DE A. MEINERS

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA

LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

 JORGE LUIZ BERNARDI

 SANDRO SILVA

 FABIANO CAMARGO DA SILVA

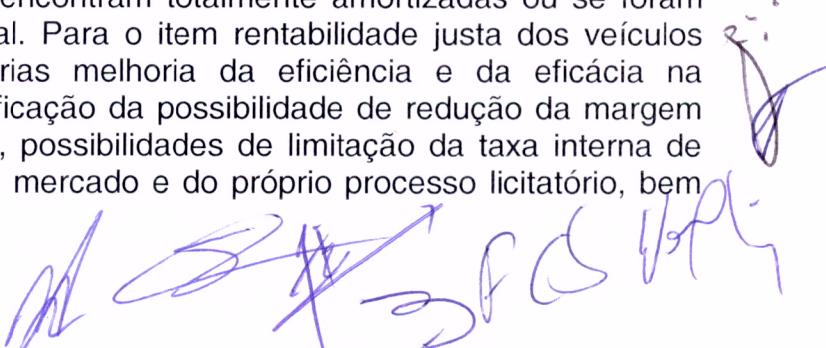
 LAFAIETE NEVES

VALDIR APARECIDO MESTRINER

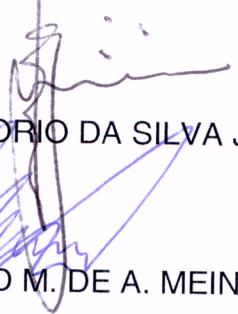
CESAR REINALDO RISSETE

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

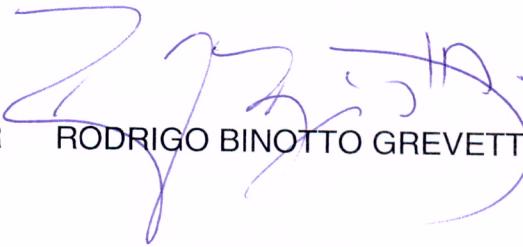
Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Relator da Comissão, Sr. WILHELM MEINERS, deu as boas vindas aos presentes e iniciou os trabalhos com revisão dos itens, para as complementações e finalização dos textos, começando no item risco operacional exclusivo do veículo híbrido. Registraram para este item sugestões para realizar estudo de operação e custo do híbrido para implantar na próxima tarifa, bem como a definição da destinação dos veículos substituídos. Buscar fontes alternativas de financiamentos para as inovações e buscar eventuais contrapartidas nas ações comerciais relativas às inovações. Oficiar a empresa VOLVO quanto a qualidade do produto que exige a manutenção da taxa de risco, bem como oficiar as empresas sobre a diferenciação de salários de pessoal para os veículos híbridos. Revisar o aditivo contratual que definiu o custo atual do híbrido analisando os benefícios de sua continuidade. Para o item amortização dos veículos substituídos pelos híbridos sugeriram aguardar manifestação das empresas quanto ao aproveitamento dos veículos tipo micro e, na ausência desta manifestação excluir da amortização prevista neste item. Avaliar a solução dos ônibus híbridos já implantados, bem como a desativação desta solução tecnológica apurando eventuais responsabilidades da administração no tocante a oneração do sistema sem benefícios sociais, econômicos e ambientais relevantes. Para o item amortização de veículos sugeriram que na implantação de novas tecnologias e inovações buscar fontes alternativas de financiamentos, buscando eventuais contrapartidas nas ações comerciais de forma a não onerar a tarifa técnica. Discutir com a sociedade e o conselho municipal de transporte na implantação de novas tecnologias e novos modais. Implementar formas de comercialização de créditos carbono decorrente das inovações (híbrido, biodiesel e outras externalidades). Propor a criação de um fundo setorial para financiar pesquisas e soluções tecnológicas de mobilidade urbana via recursos governamentais. Intervir na negociação da compra dos ônibus com os fornecedores. Avaliar e buscar critérios alternativos para reajuste do valor da frota. Buscar junto aos órgãos competentes uma fiscalização na emissão de notas fiscais com cruzamento de informações com os impostos recolhidos. Verificar se é possível uma obrigatoriedade de publicação de preços de tabela para avaliar sua variação. Reavaliar a frota reserva dos articulados por ônibus vencidos e ou toda frota reserva com mais de 10 anos, bem como a possibilidade legal desta alteração no edital e, ainda, auditar a frota total do sistema para verificação dos custos de amortização e remuneração do capital. Para o item amortização das instalações, edificações e equipamentos sugeriram verificar se as instalações amortizadas são exclusivas conforme requer a legislação. Estabelecer na amortização das instalações um limite de 0,5% sobre a amortização de veículos e auditar o valor efetivo da amortização das instalações, buscando a desindexação deste item em relação ao valor da frota. Verificar se as instalações não se encontram totalmente amortizadas ou se foram amortizadas além do seu valor total. Para o item rentabilidade justa dos veículos sugeriram exigir das concessionárias melhoria da eficiência e da eficácia na prestação dos serviços, com a verificação da possibilidade de redução da margem de rentabilidade no cálculo tarifário, possibilidades de limitação da taxa interna de retorno atual frente aos padrões de mercado e do próprio processo licitatório, bem



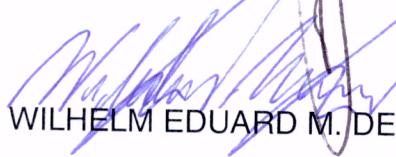
como providências para compartilhamento entre empresas e usuários dos ganhos de produtividade nos termos estabelecidos pela lei de mobilidade urbana (lei nº 12.587/12). Promover a adequação da remuneração de 1% ao mês, ou seja, 12% a.a, sobre o capital e buscar os meios legais de definir um teto inferior ao atual para a taxa de retorno de remuneração dos investimentos, bem como avaliar alteração de indexador de correção baseado na variação do preço de aquisição dos veículos e auditar a frota total do sistema para verificação dos custos de amortização e remuneração do capital. Para o item rentabilidade justa das instalações, edificações, equipamentos e almoxarifado, sugeriram verificar se as instalações disponibilizadas como investimentos a serem remuneradas estão disponíveis e são exclusivas de cada contrato. Estabelecer um limite inferior ao atual sobre a rentabilidade de veículos. Para o item impostos exclusivos sobre rentabilidade de veículos e instalações sugeriram fiscalizar o efetivo recolhimento dos impostos exclusivos, bem como verificar a legalidade do pagamento de tais impostos exclusivos via tarifa. Vincular o pagamento às empresas ao efetivo recolhimento dos tributos e solicitar às concessionárias urbanas e empresas metropolitanas as guias de recolhimento de 2010 até a presente data. Para o item tributos federais verificar meios para que se possa intervir junto ao governo federal na isenção destes impostos. Para o item tributos municipais sugeriram que os valores do ISS sejam aplicados exclusivamente no Transporte Coletivo. Finalizando as complementações dos itens específicos da planilha retomaram a revisão dos itens de ordem geral, onde foram registradas todas as adequações solicitadas pelos membros, cuja redação completa de cada item fará parte da Ata que aprovar o relatório final. O Sr. WILHELM MEINERS encerrou os trabalhos e marcou a próxima reunião para 27 de junho. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão. Curitiba, 24 de junho de 2013.



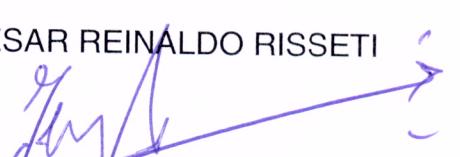
ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR



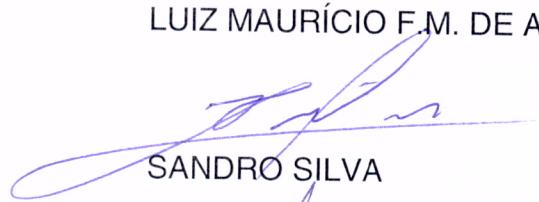
RODRIGO BINOTTO GREVETTI



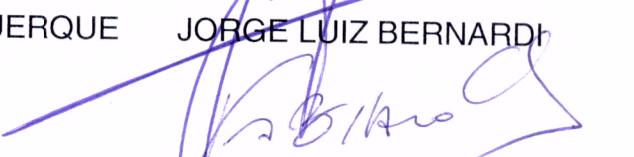
WILHELM EDUARD M. DE A. MEINERS



CESAR REINALDO RISSETI



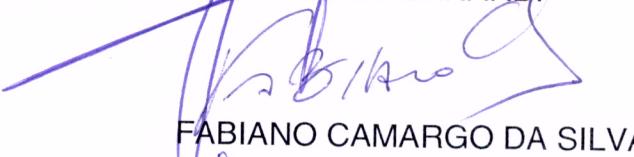
LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE



JORGE LUIZ BERNARDI



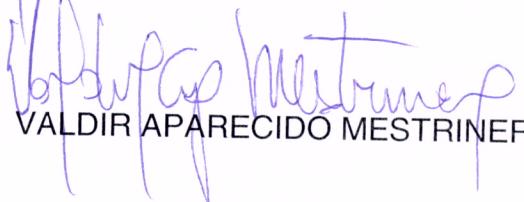
SANDRO SILVA



FABIANO CAMARGO DA SILVA



LAFAIETE NEVES



VALDIR APARECIDO MESTRINER

LUIZA MARILDA P. C. SIMONELLE

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DA TARIFA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniram-se no Auditório da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A., na Avenida Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoviária/Bloco Central, em Curitiba – PR, os integrantes da Comissão de Análise da Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo. Abrindo a sessão o Presidente da Comissão, Sr. ROBERTO GREGORIO, deu as boas vindas aos presentes e aproveitou para agradecer todos que de qualquer forma contribuíram com os trabalhos da Comissão. Ato contínuo informou sobre o recebimento da correspondência encaminhada pelo SETRANSPI relativa ao esclarecimento quanto à publicação do Vereador JORGE BERNARDI sobre o pró-labore dos diretores das concessionárias do transporte coletivo. Esta carta será parte integrante do relatório da Comissão. Pediu a palavra o Sr. DANTE GULIN, Presidente do SETRANSPI, para esclarecer sobre as publicações referentes ao recolhimento do ISS – Imposto Sobre Serviços por parte das empresas de transporte. Relatou, também, a sua visão sobre a situação do sistema desde 2005 quanto ao aumento dos custos e a diminuição na remuneração das empresas, bem como pós-licitação que apenas participaram as empresas locais, tendo em vista as exigências do edital de licitação, onde as empresas fizeram novos investimentos para atender as características que são exclusivas da cidade de Curitiba. Informou, também, sobre a elaboração de um projeto de inovação do sistema de transporte, por exigência do processo licitatório, que foi encaminhado à equipe da gestão anterior e que agora entrega para esta Comissão. Por fim, manifestou que é favor das auditorias não só para as concessionárias, mas, também, nas demais empresas envolvidas, de algum modo, na gestão do sistema. O Sr. ROBERTO GREGORIO agradeceu a explanação do Sr. DANTE GULIN e disse da importância na parceria existente entre o poder público e o privado para prestar um serviço de transporte coletivo de qualidade. Não havendo mais manifestações deu continuidade aos trabalhos da Comissão passando a palavra ao relator. O Sr. WILHELM MEINERS apresentou a minuta do relatório para avaliação da comissão quanto à estrutura do documento e solicitou a revisão geral de cada um dos membros até a próxima segunda-feira. Solicitou, também, que cada representante, se for do seu interesse, produza um texto com seus destaques pessoais, com os pontos relevantes de sua participação no processo de participação deste trabalho, para que este faça parte das apresentações do relatório estendido para as manifestações dos demais participantes observadores que também constarão nos anexos do relatório. O Sr. ROBERTO GREGORIO propôs a revisão dos itens de ordem geral para os ajustes de redação e conclusão desta parte do documento. O Sr. SANDRO SILVA manifestou o interesse desta comissão, daqui a um ano, avaliar o que foi realizado. Ficou registrada a recomendação para daqui um ano seja reunida esta Comissão, e também interessados da sociedade, para fazer a avaliação do que foi atendido. Na sequência iniciaram a revisão das

sugestões de ordem geral, adequando os termos do texto. A Comissão acrescentou, ainda, que é a favor da manutenção da rede integrada e da tarifa única como uma conquista da sociedade. Finalizaram a revisão das sugestões de ordem geral e o material será disponibilizado aos membros para que procedam a revisão dos itens específicos e façam a devolutiva até o dia 01 de julho, para impressão do relatório final e as assinaturas e entrega ao Prefeito de Curitiba no dia 04 de julho. Nada mais havendo a tratar, o Sr. ROBERTO GREGORIO e WILHELM MEINERS agradeceram a presença de todos e encerraram a sessão. Curitiba, 27 de junho de 2013.

ROBERTO GREGORIO DA SILVA JUNIOR

RODRIGO BINOTTO GREVETTI

WILHELM E. MILWARD DE A. MEINERS

JORGE LUIZ BERNARDI

LUIZ MAURÍCIO F.M. DE ALBUQUERQUE

GILBERTO PIVA

SANDRO SILVA

FABIANO CAMARGO DA SILVA

CÍCERO JULIANO STAUT DA SILVA

LAFAIETE NEVES

VALDIR A. MESTRINER